

## ENTREVISTA COM MARIA SARAH DA SILVA TELLES



Maria Sarah da Silva Telles é professora aposentada da PUC-Rio, onde lecionou por mais de quatro décadas no Departamento de Sociologia e Política, hoje Departamento de Ciências Sociais. Mestre em Sociologia pela Universidade de Toulouse II em 1986 e doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 2008, Sarah foi diretora do Departamento de Sociologia e Política/Ciências Sociais em três mandatos. Bacharel em Ciências Sociais pelo então Departamento de Sociologia e Política entre 1973-1976, é a partir destes dois lugares – como ex aluna e como ex professora – que rememora lembranças, convivências e desafios vividos. A entrevista foi concedida a Brena de Costa Almeida em 26 de julho de 2024, na sala de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

**Brena Almeida** - Você pode falar por que você escolheu estudar no então Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, e qual foi a relevância social de uma universidade católica naquele período?

**Sarah Silva Telles** - Então, quando concluí o clássico, hoje ensino médio, em 1972, a ditadura empresarial- militar estava em seu pior momento<sup>1</sup>. O vestibular era unificado para todas as

<sup>1</sup> O AI-5 foi promulgado em dezembro de 1968 e extinto em 1978.

universidades do estado do Rio e minha escolha foi Sociologia. A escolha pela PUC foi muito tranquila, já que era a única universidade na cidade do Rio que oferecia alguma segurança relativa diante do regime ditatorial. Na UFRJ, por exemplo, o diretor do IFCHS, professor de história, Eremildo Viana<sup>2</sup>, era um franco colaborador do regime. E eu já sabia que a PUC-Rio era aberta em abrigar professores de esquerda – muitos que haviam sido presos, perseguidos, compunham o corpo docente. Então foi uma opção clara por conta da ótima reputação da PUC, e eu tinha uma professora de história, no colégio, Bárbara Levy, de História do Brasil, que era professora de história também da PUC, que me incentivou bastante; e finalmente foi também minha professora na Graduação. Ela era excelente! O outro fator foi prático, pois a segunda opção a partir de 1973 seria a UFF, mas como eu morava em Botafogo, não desejei estudar em Niterói.

O que aconteceu quando eu cheguei aqui: eu encontrei uma universidade onde os sacerdotes jesuítas tentavam barrar a agressividade da ditadura. Apesar de o cardeal do Rio – que é o grão-chanceler da PUC-Rio – na época fosse o Dom Eugênio Sales, que na maior parte de sua atuação apoiou o regime. Bom, então eu chego à PUC e, no primeiro mês, em março de 1973, a presidente do DCE,<sup>3</sup> que era uma aluna da Psicologia, foi presa e duramente torturada. Então, só para vocês entenderem o clima: era ditadura, e ser universitário já era, por si, uma situação de ser considerado “subversivo” — caía naquela vala comum do “comunista” —, e fazer sociologia era a coisa mais subversiva, na visão da ditadura e de seus apoiadores.

Então a gente vivia um ambiente de muito medo, muita desconfiança, um medo difuso. Todas as salas de aula teriam um aluno infiltrado, isto nos era informado, apesar de eu nunca ter estas provas. Então, o controle era dessa forma, os livros de autores como Marx e todos os marxistas eram lidos de forma velada, já constituía um risco em si. Lembro que levava os livros para minha casa, andava de ônibus, e eles eram sempre encapados com papel pardo, e colocava um “santinho” na capa. Os professores que eram cassados e perseguidos eram nossos professores, em vários Departamentos da PUC, mas eles mesmos tinham um autocontrole, uma autocensura, em sua grande maioria.

O curso de graduação era bastante fechado, com pouquíssimas eletivas, como era a maioria das grades de Graduação na época. A grade era assim: Sociologia I, II, III, IV; Política I, II, III, IV; e Antropologia menos, por isso que o nome do Departamento era “Sociologia e Política”. Quem liderava a área de antropologia era o antropólogo Manuel Diégues Júnior, e a filha dele, Madalena Diégues. Foram meus dois professores de antropologia. Ler Marx era um ato extremo de rebeldia e de subversão, na visão da ditadura. A disciplina sobre Marx se chamava “Teoria do Valor” para disfarçar o conteúdo. A maior parte das obras dos autores estava disponível em espanhol, inglês e francês. E o que a gente fazia no diretório: trocava textos, geralmente em

<sup>2</sup> Eremildo Luiz Viana colaborou com a ditadura expulsando docentes, alunos e funcionários

<sup>3</sup> Diretório Central dos Estudantes.



espanhol. Eram muito poucos autores de Ciências Sociais traduzidos<sup>4</sup>. A gente cursava a graduação em uma margem muito restrita de liberdade, e os professores não podiam falar de forma explícita em suas aulas, praticavam a autocensura.

Teve um professor de história do Brasil, que nunca vou esquecer, Manoel Maurício de Albuquerque. Ele já tinha sido torturado, preso acho que várias vezes; dava as aulas no quarto andar do Frings, com as portas abertas, sala grande, lotada, com gente em pé, gente nas duas portas, e dizia: “Eu vou dizer aqui, e, se quiserem me prender de novo...”, - porque ele sabia que poderia ter gente do DOPS no corredor - “podem me prender”. E ele dizia: “No Brasil não teve só um Quilombo de Palmares, não. Teve centenas de Quilombos”. E ele falar isso... foi a primeira vez que eu ouvi! Porque os livros de História de que dispúnhamos eram todos censurados.

Mas os sacerdotes jesuítas que dirigiam a PUC sabiam lidar com a cúpula militar e ao mesmo tempo eram respeitados para proteger a PUC de uma eventual invasão. Eles tentavam. Teve tentativa de invasão, teve helicóptero sobrevoando, mas isso aconteceu em 1977, eu já estava formada; no mesmo ano em que invadiram a PUC de São Paulo.

**Brena Almeida** - Você pode falar um pouco mais, então, sobre como foi estudar sociologia e política durante a ditadura militar e quais os impactos desse regime na sua vida universitária?

**Sarah Silva Telles** - Então, como eu estava falando, era sempre uma sensação de medo e desconfiança dos outros, seja dos colegas de turma, seja dos professores. Quando um colega que era muito contra a ditadura, falava isto alto, em sala de aula, todo mundo ficava em silêncio porque ele poderia ser um “infiltrado”. Então este era o clima das aulas. A nossa turma era de cerca de quinze alunos, a cada ano entravam entre dez até quinze alunos. A PUC-Rio tinha cerca de 3 mil alunos, no total, quando ingressei em 1973.

Era uma graduação muito diferente de hoje, porque no primeiro ano era o ciclo básico, então eu era a única que optei por sociologia na minha turma. As turmas eram por ordem alfabética. Quase que mudei para economia, porque na grade do primeiro ano éramos obrigados a cursar Matemática I e II junto com os alunos de economia. No primeiro ano o que eu mais estudei foi matemática, sem dúvida álgebra. Também tínhamos de cursar Estatística I, II, III. Era muito pesado, porque ainda eram aquelas ciências sociais que necessitavam da legitimidade como uma ciência, para isso elas precisavam ter uma forte marca das ciências exatas; caso contrário, seria “ideologia”, seriam muito desvalorizadas, não seria ciência, na perspectiva daquela época.

Mas no segundo ano, ingressando no curso de Sociologia, foi um deslumbramento. Quem ministrava a aula de Durkheim era o professor Luiz Costa Lima. Não tinha tradução da obra de Durkheim, então ele deu um curso sobre o livro, em francês - *As Formas elementares da vida*

<sup>4</sup> Editora criada em 1929, a Civilização Brasileira foi a primeira editora brasileira a traduzir a obra de autores como Marx, Gramsci e outros.

*religiosa.* Vinham alunos do mestrado do Museu Nacional — ele também era professor do Museu Nacional — assistir à aula. Aquela sala F308 ficava com gente sentada na janela, lotada; gente na porta querendo ouvir Costa Lima falar de Durkheim. A minha turma, tínhamos 19, 20 anos, entendíamos apenas parte daquele debate, que já era um debate da pós, e ainda tendo de ler em francês. A gente conseguia o livro na biblioteca, porque poucos conseguiam comprar.

Em seguida teve a professora Miriam Limoeiro, que ministrou a disciplina de Max Weber. Para vocês verem o ambiente intelectual, ela nos apresentou Max Weber criticando o este autor a partir de Karl Marx. Também a aula dela enchia, vinha gente de fora, eu me lembro de colegas de outras instituições, pós-graduações, para assistir à aula da Miriam Limoeiro. Ela era uma referência, foi orientada de Florestan Fernandes, na USP. O que eu mais estudei na graduação, além de matemática, foi muita teoria sociológica. Muito Durkheim, Weber e Marx. Para vocês terem uma ideia, teve uma prova final sobre o conceito de *abstração* em Marx — a disciplina sobre Marx — ministrada por Miriam. A prova durou quatro horas e a gente podia trazer um carrinho de feira de livros, a prova era com consulta. Não adiantava nada a consulta, porque as pessoas traziam sacolas de livros e até o carrinho só de uma forma meio folclórica, né. “Pode trazer toda a biblioteca sobre Marx”, e todo mundo só tinha em espanhol, a editora Siglo XXI que traduzia (da Argentina e do México). E o resto era em inglês. Eu fui ler Marx em espanhol, Weber em inglês, acervo da biblioteca da PUC. Tinham muito poucos livros traduzidos.

Helena Lewin foi uma professora que foi referência no debate de sociologia rural e urbana. Então esses professores “abriam a nossa cabeça”. Então [havia ideias como] “controle da natalidade resolve a pobreza no Brasil”. E como a Helena Lewin falava: “Isso é um debate; não é assim, é uma discussão muito maior”. Então era todo um trabalho de aprofundar o debate, muita leitura sobre os temas, como fazem os excelentes professores universitários. Lembrando que era muito difícil acessar outros autores fora da Universidade e de alguns jornais de oposição, revistas como *Civilização Brasileira*<sup>5</sup>, raridades.

Para concluir, tínhamos de cursar duas disciplinas implantadas pela ditadura. No colégio criaram a disciplina de “Moral e Cívica”, e na Graduação e na Pós criaram duas disciplinas de “Estudo de Problemas Brasileiros”. Quem ministrava na PUC? Generais. Duas disciplinas de dois créditos. O primeiro general era mais aberto, tranquilo. Mas o segundo era terrível. Era uma sala grande lá no prédio Leme, com cinquenta a sessenta alunos naquela sala, ele olhava para a gente e dizia: “Eu sei que na PUC só tem comunista, então vocês vão começar escrevendo o Hino Nacional”. Todo mundo errava, evidente, ao escrever o Hino Nacional. Eu tive de escrever sete vezes, só na sétima que eu acertei, e aí fui “aprovada”. Além de ter de saber sobre a Transamazônica - o projeto da ditadura na Amazônia -, precisávamos decorar o Hino Nacional.

<sup>5</sup> A Revista *Civilização Brasileira*, RCB, da editora com o mesmo nome, circulou no Brasil desde a década de 1960. Resistiu a inúmeras investidas da censura, geralmente publicavam dois números por ano. Esta revista significava uma resistência cultural ao regime opressor.



Mas, enfim, isso era o clima da nossa Graduação, quer dizer, tínhamos de lidar com um professor como este segundo general e por outro lado poder participar de uma aula da Miriam Limoeiro, que aí era uma liberdade total; e as aulas do Manoel Maurício, ambos se colocavam contra a ditadura.

**Brena Almeida** - Você mencionou que a PUC, de certa forma, acabava protegendo os professores naquela época. Na sua percepção, qual o papel da PUC na proteção da produção intelectual desse período?

**Sarah Silva Telles** - No Centro de Ciências Sociais (CCS), no nosso centro, tinham pouquíssimas pós-graduações, e a pesquisa era assim: na então Escola de Sociologia e Política, o fundador, Padre Ávila liderou pesquisa porque ele foi diretor e de alguma forma alavancou verba. No meu período como aluna, praticamente não existia pesquisa, foi uma fase de muita repressão ainda em curso. A partir de 1975/6, Miriam Limoeiro vai ser diretora, mas eu já estagiava fora da PUC e ela começa a liderar uma pesquisa com um convênio que eu acho que era a FINEP<sup>6</sup>; mas eu já tinha me formado, não estava mais na PUC. Eu não tive nenhuma iniciação à pesquisa na graduação, mas como fiz estágio fora, ali aconteceu a minha experiência com pesquisa.

Meu primeiro estágio foi com o sociólogo da educação, Luiz Antônio Cunha em 1974, uma pesquisa que tinha financiamento da OIT<sup>7</sup> sobre ensino profissionalizante no Brasil. Depois eu fui estagiar no Centro João XXIII- IBRADES<sup>8</sup>, ainda com Luiz Antônio Cunha, até minha formatura na PUC-Rio, quando fui efetivada como pesquisadora junto com ele e com outro sociólogo, Luiz Alberto Gomez de Souza, sempre no Centro João XXIII, dos jesuítas.

Na sequência, minha introdução à pesquisa de campo aconteceu sob a orientação de Lícia Valladares, no mestrado.

**Brena Almeida** - A próxima pergunta é sobre ela. Como foi a sua relação com a Lícia Valladares e os estudos urbanos ascendentes no Brasil na década de 1980?

**Sarah Telles** - Eu tive uma relação muito forte, conheci os filhos dela, enfim, fomos amigas. Eu conheci a favela Santa Marta, porque tinha um movimento liderado pelo Grupo ECO,<sup>9</sup> dentre os líderes do grupo, Itamar Silva, que era estudante de Comunicação na FACHA. E tinha um padre jesuíta da PUC que foi morar no Morro Santa Marta, que era decano aqui, Padre Agostinho Castejón, super importante e ele convidou vários alunos. Mas neste momento eu já estava no

<sup>6</sup> Financiadora de Estudos e Projetos.

<sup>7</sup> Organização Internacional do Trabalho

<sup>8</sup> Ambos fundados pelo Padre Ávila, instituições dos jesuítas, localizado em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> Associação Escola sem Muros, que atua na Favela Santa Marta, localizada em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro, desde a década de 1970.



mestrado no IUPERJ. Eu chego no Santa Marta para o processo de filiação ao Partido dos Trabalhadores, o PT.

E eu começo a estudar com a Lícia Valladares como minha orientadora de mestrado e defendo o projeto sobre a atuação do Grupo ECO na eletrificação da favela pela Light. Eu tive quatro anos de bolsa CNPq. Defendi o projeto, e a Lícia recomendou estudar na França – eu ainda não tinha defendido a “tese” de mestrado, como se chamava na época a dissertação. Quando eu cursei o mestrado no IUPERJ, ainda não existia o doutorado, inclusive alguns dos professores ainda estavam cursando o doutorado, muitos nos EUA.

Mas foi a Lícia que me ensinou a fazer pesquisa de campo. Porque com Luiz Antônio Cunha, desde o estágio, e com Luiz Alberto Gomes de Souza, eram pesquisas de cunho histórico, com documentos. Eu trabalhava muito nos arquivos da Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional —, porque Luiz Antônio Cunha vai escrever a história da universidade no Brasil e Luiz Alberto Gómez de Souza sobre a história da JUC, sua tese de doutorado na França. Lícia me introduziu ao trabalho de campo, uma pesquisa mais etnográfica, que eu não tive na graduação, nem no trabalho de auxiliar de pesquisa.

**Brena Almeida** - Como a sua formação internacional, especialmente a orientação por Alain Bourdin, contribuiu para a sua docência e pesquisa no departamento?

**Sarah Telles** - Em agosto de 1983 parti para a França, para estudar na Universidade de Toulouse II, juntamente com meu companheiro - nos conhecemos no processo de seleção para o mestrado no IUPERJ. Antes, seria bom contextualizar as inúmeras facilidades de uma egressa das Ciências Sociais: sempre pude escolher o trabalho que desejava, sempre pude me sustentar, pagar aluguel na zona sul, pagar análise, enfim, ter vida independente, sem ajuda familiar. A principal explicação: o custo de vida era bem barato para a classe média e éramos pouquíssimos jovens com diploma superior, donde as remunerações justas para nosso trabalho. Assim, recém-formada fui ser professora de Ciência Política em uma universidade em Friburgo, em apenas um dia por semana; dava aula de sociologia da religião na USU – Universidade Santa Úrsula – e ainda trabalhava no Centro João XXIII; conquistei dois anos de bolsa de Aperfeiçoamento do CNPq, até entrar no Mestrado, quando passei a ter outro tipo de bolsa. Em 1982 fui contratada para ser professora deste Departamento, sempre convites que partiam de colegas - a maioria como professor do quadro complementar - já que ainda não havia pós-graduação. Ou seja, comecei a dar aula bem antes de ir para a França, como recém-formada, exatamente dois meses após minha formatura: era professora na Graduação desde março de 1977 até deixar os vários empregos em agosto de 1983. Eu fui professora por exato um ano na PUC, em seguida solicitei uma licença sem vencimentos que fiquei renovando, anualmente. A gente aqui está falando do final da ditadura, o presidente era o general João Batista Figueiredo, que dizia que preferia o cheiro do cavalo ao cheiro do povo, um presidente ditador e desclassificado. Na França, o

presidente era François Mitterrand,<sup>10</sup> um intelectual, importante quadro do Partido Socialista, e a burguesia francesa estava bastante assustada, inicialmente. Então conheci a França em alta ebulação política, em contraste com o Brasil que deixei, ainda na ditadura.

Eu chego à Universidade de Toulouse e o debate acadêmico era sobre a questão da pós-modernidade, do imaginário social urbano; muitíssimo distinto do debate acadêmico aqui no Brasil, que eram as lutas urbanas, o sindicalismo, as lutas operárias do ABC paulista, a luta das favelas contra a remoção, a resistência, a urbanização das favelas. Estas eram pautas que não existiam na Universidade de Toulouse, então foi um choque, uma ruptura epistemológica e existencial. Eu estava no sul da França, não era Paris; teve o lado excelente, pois foi a primeira vez que eu tive contato com colegas negros e árabes da África, na universidade. Isso era uma coisa que eu tinha que registrar, porque não havia alunos negros na minha graduação na PUC, todo mundo era branco: alunos e professores, à exceção da Lélia González, mais tarde, no meu retorno. As pessoas negras estavam apenas no corpo de funcionários. Eu chego à universidade francesa, vou estudar na pós, e há vários colegas negros da África Subsaariana, e árabes do norte da África. Então eu me senti num ambiente muito mais diverso. Tinha gente na pós-graduação e na universidade de inúmeros países da Ásia, da África, da América Latina, além dos franceses e de outros europeus, com uma abertura muito grande de integração. Meus amigos franceses que encontro até hoje, antigos colegas meus, e que alguns já eram pesquisadores e professores mais velhos do que eu. Eu entrei também em contato com uma universidade com muito menos aula do que aqui. Chego lá, a biblioteca lotada do primeiro dia de aula até o primeiro dia de férias, todo mundo estuda individualmente, então foi um aprendizado novo, também. Eu adorei, achei um regime muito mais humano.

**Brena Almeida** - Você teve uma formação religiosa familiar católica? Você tinha interesse por intelectuais católicos? Quais?

**Sarah Telles** - Eu tive sempre uma formação totalmente católica. Família com dois sacerdotes jesuítas - um irmão da minha mãe, que foi vice-reitor da PUC, Padre Pedro Guimarães Ferreira; e um tio do meu pai, tio-avô, que foi reitor da PUC, Padre Velloso.<sup>11</sup> Estudei sempre em colégio católico de freiras, graças a muitas bolsas, pois éramos dez filhos.

Então, não tinha contato com intelectuais católicos leigos, nas sim com os jesuítas do Centro João XXII/IBRADES e os meus dois tios sacerdotes jesuítas, ambos engenheiros. O meu tio avô, Padre Velloso, foi o primeiro padre a rezar missa na favela Santa Marta. Ele me deu muita força para eu fazer a filiação ao PT naquela favela. Ele adorava o Morro Santa Marta, como era chamado na época, rezava a missa todo domingo; e lá no alto do morro, no pico, tem uma rua Padre Velloso. Ele foi muito querido, foi um homem que veio de uma família superconservadora,

<sup>10</sup> François Mitterrand foi presidente da França entre 1981 e 1995.

<sup>11</sup> Padre Pedro Belisário Velloso Rebello foi reitor da PUC em dois períodos: entre 1951 e 1956 e entre 1972 e 1976.

da classe média tradicional brasileira, na qual minha família se enquadra. Votou em Lacerda<sup>12</sup>... meus avós apoiaram a ditadura, o golpe de 1964. A partir do AI-5 em 1968 aí muda tudo. A maioria fica contra...foi uma ruptura. Mas até 1968 apoiaram, pois seguiram Lacerda e o medo do “comunismo”.

**Brena Almeida** - Você participou de movimentos sociais católicos, como a Juventude Estudantil Católica (JEC) ou a Juventude Universitária Católica (JUC)?

**Sarah Telles** - Então, meus pais fizeram Cursilho de Cristandade, que é um movimento de direita que veio da Espanha, e me inscreveram com 15 anos no TLC, Treinamento de Liderança Cristã, um movimento dos jesuítas, sediado, no Rio, no Colégio Santo Inácio, sob a coordenação de dois sacerdotes, em uma perspectiva avançada do ponto de vista social. Não tive a oportunidade de participar nem da JEC, nem da JUC. Nunca me filiei a organizações de esquerda, em parte porque quando já tinha idade para fazer tais escolhas, como quando ingressei na universidade, a maioria das organizações já estava duramente castigada pela repressão - a maior parte dos participantes presos ou desaparecidos, ou no exílio.

Eu participava no diretório na PUC. A ditadura sabia que nos diretórios a gente discutia temas “proibidos”, mas a partir de 1974 o presidente já não era mais o general Médici; e o general Geisel prometia uma distensão, uma abertura, que vai culminar em 1978 com o fim do AI-5. Eu peguei todo o período da PUC, de 1973 a 1976, com o AI-5, que era a lei que tirava de cada um de nós, cidadãos, o direito de ser cidadão. Não tinha direito algum, a não ser obedecer e/ou se calar. Se eu fosse presa, certamente seria torturada e, dependendo do torturador... Tenho uma amiga que foi barbaramente torturada porque estava pichando “abaixo a ditadura”, era aluna do colégio Pedro II. Vocês sabem disso pelos livros, filmes. Era muito violento, muito arbitrário... não tinha nenhuma coerência. Porque se o militar, o policial, suspeitasse que você poderia ser subversivo, você era levado para a delegacia, e aí sabe lá o que ia acontecer com você. Esse medo era permanente.

É curioso. Fazendo um paralelo com o medo da violência urbana hoje... Tinha quem dizia “ah, não tinha violência”. Mas tinha esse medo onipresente em qualquer família de classe média, tal qual permanece este medo nas famílias dos pretos e pobres nas favelas e periferias do Brasil, infelizmente até hoje! Para ter uma ideia, meus pais nunca nos contavam sobre os filhos dos amigos que eram presos e torturados, porque eles tinham receio de contar para a gente — eu era a mais velha dos dez, quando teve o golpe eu tinha dez anos —, e o risco de querermos saber mais sobre porque eles foram presos. Então era um silêncio sobre o tema na maior parte das famílias. Tal qual encontrei este “silêncio” em favela com milícia, quando lá pesquisei, no início deste século. Quando eu entro na PUC é que eu descubro a esquerda... aí, de fato, eu descubro.

<sup>12</sup> Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara.



Começou no ensino médio, com a Bárbara Levy<sup>13</sup> mas, sobretudo, quando eu cheguei na PUC eu descobri que a gente vivia uma grande ditadura, que tudo isso em casa não era falado, e eu começo a questionar meus pais. Mais tarde os meus pais, inclusive, se filiam ao PT. Conseguimos filiar a minha avó materna ao PT!

**Brena Almeida** - A próxima pergunta é sobre o Padre Ávila, sobre quem você já falou. Você gostaria de fazer mais algum comentário sobre como foi sua convivência com ele?

**Sarah Telles** - Sim. Então, eu conheci o Padre Ávila ao ingressar no estágio no Centro João XXIII-IBRADES<sup>14</sup>, na rua Bambina, em Botafogo, como já mencionei. Padre Ávila fundou o IBRADES, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, depois que ele saiu daqui, eu acho. Ele funda o IBRADES, que tinha recursos do Centro João XXIII, que eram duas instituições na mesma sede. O Centro João XXIII vai ter verba da Fundação Adenauer<sup>15</sup>, do Partido Social-Democrata Alemão; acho que é isso. E o IBRADES vai promover cursos de cidadania, para jovens. E vários intelectuais são contratados. Junto com o Padre Ávila estava o Padre Vaz<sup>16</sup>, o Padre Paulo Menezes, então posso dizer que a nata intelectual dos jesuítas do Rio estava no IBRADES/Centro João XXIII.

E foi ali que trabalhavam os sociólogos Luiz Antônio Cunha, Vanilda Paiva e Luiz Alberto Gomes de Souza – este último, quando voltou do exílio. Herbert de Souza, o Betinho, volta do exílio e se instala no IBRADES, era discípulo do padre Vaz. Padre Vaz é o grande conhecedor de Hegel no Brasil, o Padre Lima Vaz. O Vaz sai do Rio quando há a intervenção da diocese na PUC em 1981, mas disso eu vou falar depois. O Vaz era uma pessoa brilhante e, junto com o Ávila e o Paulo Menezes, animavam o IBRADES. Mas no IBRADES a gente tinha liberdade total de pesquisa, de debate, os cursos... Eu não cheguei a fazer curso porque eu era estagiária, eu ia lá, fazia pesquisa após as aulas na PUC. Então o IBRADES era um ambiente de muito debate, muito, tanto que eu quis continuar como auxiliar de pesquisa, ao me formar na Graduação. Mas, então, o Ávila liderava no IBRADES, ele era o grande líder. Ele e o Padre Vaz lideravam os intelectuais de esquerda, progressistas; não eram filiados a um partido, mas progressistas anti-ditadura. Então, formalmente, aí que eu conheci o Ávila. Era um ambiente privilegiado no Rio.

Betinho também teve uma sala ali. Porque o Betinho era dileto discípulo do Vaz. Ele volta do Canadá, do exílio – todo mundo sabe da volta do Betinho pela música “O bêbado e a equilibrista”<sup>17</sup> – e ele vai para o IBRADES. O Vaz falou “fica aqui”, e ele começou o IBASE<sup>18</sup> ali. Ele

---

<sup>13</sup> Professora Maria Bárbara Levy

<sup>14</sup> Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social

<sup>15</sup> Fundação Konrad Adenauer

<sup>16</sup> Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz foi um importante padre jesuíta falecido em 2002.

<sup>17</sup> Composta por João Bosco e Aldir Blanc, sucesso na voz de Elis Regina lançado em 1979.

<sup>18</sup> Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

criou o IBASE e para começar a trabalhar, os jesuítas cedem uma casa para ele na rua Vicente de Sousa, também em Botafogo, isto nos primeiros anos.

Era um momento muito especial, porque era a gente, a juventude — eu ainda era jovem, 22, 23 anos — se filiando ao PT, e o Luiz Alberto e o Betinho voltando de uma experiência traumática pela repressão da ditadura e da experiência da luta armada, da esquerda organizada, supercríticos àqueles grupos da esquerda organizada. E a gente convivia com todos, tinham praticamente todos os grupos de esquerda no PT; quer dizer, todos os grupos de esquerda da luta armada, representados no PT, no início. Então as pessoas eram identificadas pelos grupos aos quais pertenciam ou haviam pertencido: “esse é da ALN<sup>19</sup>”, “esse é da AP”<sup>20</sup>, “esse é do MEP”<sup>21</sup>, etc. E eu passei a ser identificada como do “grupo da Igreja”, do pessoal da Igreja, porque eu não era de nenhuma organização; como eu vinha da PUC e trabalhava no IBRADES — ali era o pessoal da Igreja. A gente se reunia na Casa do Estudante, que agora é Fórum de Ciência e Cultura, onde no passado foi a sede da UNE<sup>22</sup>... Ali que a gente se reunia, na 4<sup>a</sup> Zona Eleitoral, que incluía o bairro de Botafogo. É o núcleo, porque o PT foi formado por núcleos de base, uma experiência incrível que se perdeu. Enfim, mas aí é a minha militância.

**Brena Almeida** - Mais especificamente sobre sua experiência acadêmica, como você percebe a contribuição dos estudos sobre favelas e sociologia urbana realizados, aqui, pelo Departamento?

**Sarah Telles** - Então, isso só vai acontecer mais tarde, junto com Marcelo e Angela,<sup>23</sup> já neste século, aliás, projeto do Marcelo, que nos convidou, com financiamento da Faperj. Realizamos uma grande pesquisa em quatro favelas do Rio, nas escolas municipais, com uma grande equipe de alunos de Graduação, pesquisa esta que gerou vários relatórios e a publicação de um livro, *A Escola e a Favela*<sup>24</sup>.

É legal falar que o departamento teve a fase de fundação, com a liderança do padre Ávila, e depois vai ter uma fase barra pesada de resistência à ditadura com todos esses diretores - Helena Lewin, Manuel Diégues, Arthur Rios, Miriam Limoeiro — Miriam que vai ser a mais sacrificada, porque vai ser demitida como diretora em 1981. O então reitor padre Mac Dowell<sup>25</sup> cedeu às pressões do cardeal Dom Eugênio, o Grão Chanceler. Em 1981, não tinha mais sentido algum

---

<sup>19</sup> Aliança Libertadora Nacional, fundada por Carlos Marighella, organização da luta armada

<sup>20</sup> Ação Popular, ligada à esquerda católica, movimento de resistência à ditadura militar.

<sup>21</sup> Movimento pela Emancipação do Proletariado, movimento de resistência à ditadura militar.

<sup>22</sup> União Nacional dos Estudantes, principal organização associativa dos estudantes no Brasil.

<sup>23</sup> Marcelo Baumann Burgos e Angela Randolph Paiva, professores do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

<sup>24</sup> Burgos e Paiva, *A Escola e a Favela*, 2010.

<sup>25</sup> Padre João Augusto Anchieta Amazonas Mac Dowell foi reitor da PUC entre 1976 e 1982. Também foi pesquisador do Centro João XXIII.

ceder para perseguir “comunistas” aqui na PUC. Aqueles que eram considerados “comunistas” já tinham todos sido torturados, presos, desaparecidos, exilados, o AI-5 extinto, e, de forma absurda, começou a linha dura na PUC – Rio, com a demissão de professores nos departamentos de Sociologia e de Filosofia, principalmente. No nosso Departamento foi uma intervenção duríssima, com a demissão da então diretora, Miriam Limoeiro. Mas a PUC parou com uma greve geral por cerca de um mês, a ADPUC<sup>26</sup> lidera, e foi aí que acabou o direito de a reitoria demitir professor. A ADPUC venceu criando comissões intermediárias - a comissão geral, o conselho departamental... Então, para demitir um professor da PUC, desde aquela época, o pedido que pode partir de qualquer departamento deve passar por todas as instâncias, até o conselho universitário. Foi estabelecido um processo democrático de gestão da PUC-Rio. Resultado de um grave arbítrio. O então reitor demitiu vários professores que eram respeitadíssimos da Filosofia e da Sociologia, e aqui foi mais grave porque foi a nossa diretora. Padre Vaz fica tão desgostoso que sai do Rio e vai fundar a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em BH. No nosso departamento, no lugar da diretora demitida foi colocado, de forma *pro tempore*, um interventor, um jesuíta antropólogo formado na Inglaterra, que não tinha nenhuma expressão como professor: Padre Luis Garcia de Souza. Um mandato *pro tempore*, quer dizer, por um tempo indeterminado, e aí foi uma grande crise de intervenção em um Departamento que se fortalecia na pesquisa. Um golpe duríssimo que, a meu ver, resultou, mais adiante, em uma perda brutal de alunos na Graduação. Este diretor não tinha qualquer legitimidade junto aos professores e aos alunos, foi uma tragédia anunciada, paulatinamente.

Foi aí que eu fui consultada e convidada para ser professora, quando muitos colegas estavam saindo. Quando eu entrei, o reitor já era o Padre Laércio.<sup>27</sup> O Mac Dowell era um grande teólogo, uma lástima ter “obedecido” a um pleito do então cardeal do Rio, fora do tempo e fora de propósito.

**Brena Almeida** - Você mencionou um pouco sobre o Padre Ávila e o IBRADES. Você pode falar um pouquinho mais sobre isso?

**Sarah Telles** - Então, creio que o IBRADES foi fundado no final dos anos 1960, mas eu tenho quase certeza de que foi ligado à CNBB<sup>28</sup> e, vamos dizer assim, ao movimento crescente de uma Igreja progressista no Brasil. A Igreja no Brasil era conservadora, apoiou o golpe, enfim; mas sob o pontificado do papa Paulo VI começam a chegar denúncias de tortura ao Vaticano. Ele tira o cardeal de São Paulo — que é a maior diocese do Brasil —, Dom Agnelo Rossi, que era conservador e aliado à ditadura e aos militares, e nomeia Dom Paulo Evaristo Arns<sup>29</sup>. Aí a Igreja

<sup>26</sup> Associação dos Docentes da PUC-Rio.

<sup>27</sup> Padre Laércio Dias de Moura foi reitor da PUC em duas oportunidades: entre 1962 e 1970, e entre 1982 e 1995.

<sup>28</sup> <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3382-thierry-linard-de-guertechin>.

<sup>29</sup> <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/dom-paulo-evaristo-arns/>



vira para o campo progressista, na defesa da democracia, contra a ditadura. A direção da Igreja pela CNBB vira um elemento fortíssimo de resistência contra a ditadura, através de várias ordens religiosas, vários padres e sacerdotes, vários bispos. Para vocês terem uma ideia do contexto, denunciar a fome no Nordeste era um ato subversivo, malquisto pela ditadura, porque “não existiria fome” – Dom Hélder era considerado “comunista” pela ditadura ao denunciar a fome no Nordeste, idem Josué de Castro<sup>30</sup> que teve de se exilar na Europa.

Dom Paulo Evaristo Arns muda o quadro. Para vocês terem uma ideia, no assassinato do Herzog<sup>31</sup> ele celebra uma missa em sua homenagem na catedral. Ele vai apoiar todas as greves do ABC, a igreja matriz de São Bernardo recebeu os grevistas para fugir da polícia, ele vai visitar os presos políticos e começa a denunciar: vai dizer que havia tortura, sim; que padres e freiras foram torturados, sim. Ele coordenou, junto com um pastor James Wright, o projeto na clandestinidade que resultou na obra *Brasil: Nunca Mais*, completando este ano com uma edição especial os quarenta anos de publicação<sup>32</sup>.

Então o Padre Ávila representou esse sopro de liberdade e criatividade, porque ele veio de uma formação humanista, de Durkheim. Então eu diria que o departamento teve essa fase maravilhosa, heroica, dos fundadores, do Ávila, e da equipe e dos alunos que cercavam o Ávila; depois você vai ter a resistência, que era sobreviver à ditadura, e vai ter o anticlímax, que vai ser a demissão de uma diretora e de professores em 1981.

O mestrado em Sociologia e Política, de 1987, foi criado aqui antes da História. Eu não me lembro se foi Sociologia e Política Latino-Americana. Tinha uma marca muito forte latino-americana. E a disciplinas iniciavam pelo código SOC. Por isso que quando veio o nosso mestrado no século XXI, teve que ser código CIS, não podia ser o mesmo código SOC, porque era ligado a outro mestrado.

Aquela primeira experiência do mestrado durou três anos. Os responsáveis por sua fundação foram os professores Gisálio Cerqueira e a esposa dele, Gizlene Neder. Ela é historiadora e ele é cientista político, um excelente professor, fui aluna dele no último semestre. Então a CAPES,<sup>33</sup> quando fez a avaliação no primeiro ano e exigiu a introdução de matérias de disciplina metodológica na grade, ele se recusou a obedecer, e a CAPES descredenciou o mestrado, em seguida a PUC descredenciou. O sociólogo José Cláudio Souza Alves foi aluno de uma das turmas, hoje professor na UFRRJ, mas o mestrado ficou sendo malvisto. Neste momento, um novo declínio... Nisso a Lélia Gonzalez já era professora do Departamento,

<sup>30</sup> Josué de Castro, médico, geógrafo, ativista, foi autor de uma vasta obra, o mais conhecido é seu livro *Geografia da Fome*, 1946. Com o golpe de 1964 todos os seus direitos foram cassados e veio a falecer no exílio.

<sup>31</sup> Vladimir Herzog, jornalista morto pela ditadura em 1975.

<sup>32</sup> *Brasil: Nunca Mais*, Prefácio do Cardeal Arns, Petrópolis, RJ: Vozes, 2025.

<sup>33</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

quando eu retorno da França. Antes, ela ministrava a disciplina de Cultura Brasileira no departamento de Comunicação e vem dar aula neste Departamento; dava aula de Antropologia e entra com a pauta racial, mas entra de uma forma que a gente teria dificuldade de compreender hoje, porque ela era a única professora negra na PUC. Era uma pessoa extremamente simpática, afável, fácil, não gostava de briga, mas era muito firme. E começou a corrigir o uso que fazíamos de expressões racistas na nossa linguagem, nunca vou esquecer deste aprendizado. Ela começou a mudar até a forma de a gente falar, aquilo que hoje a gente já tem que saber antes de entrar em uma sala de aula, por exemplo. Ela fez de forma muito gentil, muito delicada, muito inteligente, muito criativa, a introduzir a pauta racial nas disciplinas que ela ministrava, e na relação com o conjunto dos professores.

Aí o Padre Garcia é reeleito em 1992. Foi até numa eleição em que o Eduardo Raposo disputava com ele. A gente queria que o Eduardo ganhasse, mas infelizmente não ganhou. Mas Padre Garcia fez uma coisa boa: colocou a Lélia González como coordenadora de graduação. Não tinha mais pós, como já falei. E ele morre de forma súbita, um câncer fulminante. Ele morre, e a Lélia se torna diretora *pro tempore*. Mas nisso a gente estava perdendo alunos, direto, porque tem a redemocratização e talvez um contexto geral de perda de alunos de graduação para ciências sociais e para serviço social. Creio que o departamento estava muito malvisto. Foi o preço que estávamos pagando, um preço muito alto, de você ter um diretora que é demitida, um mestrado que é fechado, um intervento que é colocado na direção, e a gente foi perdendo aluno. Para vocês terem uma ideia, em 1994 restaram oito alunos de graduação. Então, quando às vezes as pessoas me perguntam como foi a Lélia na direção, eu tento explicar: ela pegou uma barra pesadíssima, ela pegou um departamento se desfazendo, ela liderou a resistência... No sentido de que é outro momento que se inicia. É um momento de reconstrução do departamento. Então a resistência à ditadura, o desmantelamento pela intervenção da direção central da PUC em 1981, o fechamento do mestrado em 1990, creio. A Lélia é nomeada coordenadora de graduação e com a morte do diretor, ela é nomeada diretora *pro tempore*. Eu acho que ela ficou diretora *pro tempore* por quase dois anos. Porque na verdade a direção da PUC cancela o vestibular por três anos consecutivos, por baixíssima procura. Então ela é finalmente empossada diretora em abril de 1994. No início de 1994 ela começa a liderar a reestruturação do curso de bacharelado em Ciências Sociais. E ela lidera uma reformulação da grade — porque os nomes das disciplinas eram: Sociologia I, II, III, IV; Política I, II, III, IV; idem Antropologia, tudo amarrado, não tinha eletiva, um curso totalmente fechado, só de obrigatorias. E a Lélia diz: "Vamos abrir para que essa graduação na PUC seja, então, financeiramente sustentável". Então vamos encher de "eletiva livre", e foi inédito, foi o primeiro departamento que fez isto na PUC, e eu acho que o primeiro curso de ciências sociais no Brasil que abre a grade e a gente chegou a ter trinta créditos de eletivas livres. Então a gente abriu o curso e coloca nomes nas disciplinas, tais como "Aventura Sociológica", por exemplo, que era o nome de um livro. Não era mais Sociologia I, II, III, IV.

Lembrando que ainda não dispúnhamos de computador, muito menos programa de Excel, então a Lélia utilizava canetas coloridas, lápis de cor, para escrever no papel os blocos das disciplinas. A reforma foi aprovada em todas as instâncias, valorizada por seu ineditismo, começando por nossa comissão geral. E ela morre tragicamente, de infarto, aos 59 anos, no dia 10 de julho, em 1994, três meses após a posse de diretora. Ela tinha diabetes e ela morre dormindo, de infarto. Ela não sofreu. Para nós todos, um choque, outra morte de diretor, no caso de diretora, em plena liderança da inovação de uma reforma da grade, e por tudo o que Lélia representou e ainda representa.

**Brena Almeida** - Você pode falar um pouco sobre a reestruturação do departamento após essa conjuntura de ruptura ali em finais da década de 1990? A Lélia, na verdade, então, teve um papel nessa reestruturação?

**Sarah Telles** - Totalmente. A Lélia foi quem liderou essa mudança da grade, que foi aprovada por todas as instâncias. Mas, quando ela morreu, criou-se um vácuo, um silêncio da direção geral da PUC, porque havia apenas oito alunos de graduação em nosso Departamento. Não tinha mestrado, não tinha mais nada. Ficamos cerca de quinze dias sem notícia, e aí o que aconteceu? Era o mês de recesso de julho, estava na casa de sítio de meus pais, e me ligam da PUC dizendo: "Você tem que voltar, porque estão cogitando o seu nome para dirigir o departamento". Eu falei: "Mas nem pensar". Eu não tinha nem concluído o doutorado – porque eu tinha começado o doutorado na França e interrompi, ao voltar. Eu falei: "Eu não tenho doutorado, não posso". Só o Valter Sinder que, dentre nós, professores mais presentes no Departamento, tinha concluído o doutorado. "Não, mas tem que ser você, porque você é de confiança." Aí eu voltei, o Padre Laércio era o reitor, o Padre Hortal era o vice-reitor acadêmico. O decano, professor Luís Roberto Cunha, me informou que o departamento com apenas oito alunos passaria a ficar sediado no decanato do CCS – como prestador de serviço, pois ministrávamos disciplinas obrigatórias para muitos Departamentos, só ficávamos atrás de Cultura Religiosa. A única alternativa foi que "surgiu seu nome como uma possível diretora *pro tempore*, se você levar adiante essa proposta dessa grade defendida pela Lélia", e tal. Eu respondi que consultaria meus colegas mais próximos, éramos todos da Comissão Geral, trabalhávamos junto com Lélia. Meus colegas eram Valter Sinder, Eduardo Raposo e Sonia Giacomini. Tinha o professor Reginaldo di Piero, que era o coordenador de graduação e que tinha se aproximado muito da Lélia.

Mas aí, na hora que Padre Laércio me chamou, eu perguntei: "Por que eu?". "Porque você é ex-aluna e sobrinha de jesuítas." Foi isso que me fez ser diretora, ser indicada; quer dizer, ser de confiança. Aí eu liguei para Valter, Sonia e Eduardo para saber se eles iriam me apoiar, porque sozinha eu não ia enfrentar essa situação muito grave. Com o apoio de meus três colegas, aceitei, solicitando um prazo para sair do cargo. Francamente, não era meu desejo assumir naquelas condições. O reitor me garantiu que eu poderia deixar o cargo caso conseguisse inscrição de

número satisfatório de candidatos ao vestibular. Pois bem, fizemos uma mobilização geral, todos os professores, a maioria dos professores investiu na divulgação de nosso curso em mais de vinte colégios na cidade, e fomos coroados com uma inscrição robusta, com uma aprovação no vestibular tão importante que chegamos a abrir uma turma grande e de excelente qualidade dos alunos, foi um verdadeiro sucesso.

Minha próxima etapa foi solicitar o início do processo eleitoral com Valter Sinder como candidato a diretor. E assim aconteceu, em março de 1995 Valter Sinder tomou posse como o novo diretor do Departamento. Mas tenho de registrar que as dificuldades ainda eram enormes, não tivemos muito descanso, era um novo curso que deslanchava.

Mas a gente fez uma coisa que não se fazia até aquela época. Fomos eu colégios privados da Zona Sul. E a gente conseguiu uma turma de alunos pagantes de classe média. Já antecipando, a Tatiana Bacal, professora do IFCS, foi dessa primeira turma. Eu me lembro que a gente teve muito aluno. E aí o curso reabriu. Só para fazer um paralelo, acho que Serviço Social ficou dois anos sem aluno, e foi a então diretora, Luiza Helena Nunes Ermel que liderou no Serviço Social o convênio conjunto ao vice-reitor comunitário Augusto Sampaio, com o Frei Davi do Educafro,<sup>34</sup> para convocar os alunos do vestibular comunitário que estava começando. E é nessa esteira de ida aos vestibulares comunitários que a Marielle<sup>35</sup> vai entrar em nosso curso.

**Brena Almeida** - Esse período difícil dura mais ou menos quanto tempo?

**Sarah Telles** - Olha, eu diria que até o final de quatro anos, até os calouros de 1995 se formarem. Porque o Valter fica só dois anos, aí vai fazer um pós-doc nos Estados Unidos. Em seguida foi a vez da posse de Eduardo, que ficou por dois mandatos mas quase por seis anos, porque na época não havia institucionalidade, era um departamento muito marcado pela personalidade do diretor da vez. O diretor saía do cargo quando ele decidia. Então no mandato do Eduardo é criada a pós-graduação *lato sensu* Sociologia e Política, que existe até hoje... e aí o Valter que convida o Roberto DaMatta para cá. Ele entra em 2002, eu acho.

**Brena Almeida** - E, só para a gente encerrar, mais um pouquinho sobre a Lélia. Você pode falar mais sobre o legado da Lélia para as ciências sociais aqui na PUC?

**Sarah Telles** - Eu acho que a Lélia foi muito à frente de seu tempo. Ela estava criticando o machismo no movimento negro, uma mulher super corajosa, com reconhecimento internacional, muito próxima da Angela Davis,<sup>36</sup> eu acho que todo mundo já deve estar sabendo disso. A Lélia viajava muito para o exterior, era muito conhecida internacionalmente, mais do que aqui na PUC, com certeza. Nós do departamento não sabíamos de todo o poder e toda a

<sup>34</sup> Organização que, dentre outras finalidades, incentiva e promove diversos pré-vestibulares comunitários no Rio de Janeiro.

<sup>35</sup> Marielle Franco foi aluna do Departamento de Ciências Sociais entre 2002 e 2006.

<sup>36</sup> Filósofa estadunidense, um dos principais nomes do feminismo e do movimento negro no mundo.



potência dela, porque ela era uma pessoa pouquíssimo vaidosa, como já ficou claro, uma pessoa incrível, adorável, eu e quase todo mundo adorava a Lélia. Foi o decano que fez força para ela ser nomeada diretora *pro tempore*, para ela depois ser diretora, jamais soube de qualquer indício de qualquer restrição à pessoa dela.

Mas como falei, a Lélia foi muito à frente de seu tempo, e a gente não soube valorizar todo o potencial dela. Sabe quando você não entende que você tem aquele tesouro junto ao seu lado, na sala ao lado? A gente sabia da Lélia na esfera pública, porque ela foi candidata... ela se candidatou, eu acho, à vereadora ou à deputada, não me lembro.<sup>37</sup> Ela foi para o PT e depois para o PDT. E ela tinha uma militância que também talvez ofuscasse a docência, a vida acadêmica. Era muito mais potente na militância, no movimento negro, das mulheres negras, dos contatos internacionais como com Angela Davis... Então ela traz a perspectiva interseccional, sem utilizar o termo, como a própria Angela Davis. A opressão não é só racial, nem só de classe, nem só de gênero. Então a Lélia vai introduzir essa discussão sobre a ama de leite, a questão da empregada doméstica. A organização do movimento negro no Brasil nessa época — era pequeno ainda comparado com hoje — era feita por pessoas negras. O movimento feminista que existia — a gente tinha aqui a Fanny Tabak —, com quem eu pouco tive contato, porque talvez ela tenha florescido mais no período em que eu não estava muito próxima, porque estava fora do Brasil, enfim. E quando eu voltei ela não mais fazia parte, era um núcleo externo. A PUC tinha vários núcleos soltos. Na PUC também estava faltando institucionalidade. Também é grande a mudança da PUC: tinha 3 mil alunos em 1973 e vai chegar em 2013 a 15 mil, 16 mil, quase.

A questão do feminismo, por exemplo, eu não me identificava com a linha da Fanny. Faz falta a Lélia, hoje ainda, e sempre. Então eu acho que a gente não entendeu a riqueza que estava ao nosso lado. Mas ela não tinha essa crise de “não sou reconhecida”, não, porque ela tinha um reconhecimento internacional, muito além daqui. Ela não sentia “ah, não estão me valorizando”, nunca, sabe? Era uma relação que sempre fluiu com quase todo mundo aqui. Era muito difícil quem não gostasse da Lélia.

**Brena Almeida** - Você foi diretora do departamento por três mandatos em 1994, em 2011, e em 2013. Como foi a experiência à frente da administração acadêmica aqui da PUC?

**Sarah Telles** - O primeiro mandato foi esse *pro tempore* e durou seis meses. Foi muito difícil para mim, conturbado, pois havia resistência de colegas ao cargo que eu ocupava, ser diretor *pro tempore* é sempre uma escolha exclusiva do Reitor. Mas ao final foi muito gratificante, considerei que cumpri bem a minha missão, conseguimos que Valter fosse nomeado diretor. E a gente voltou a ter vestibular, voltou a ter aluno, voltou a ter curso de graduação. Depois o Eduardo é diretor, e eu sou a coordenadora de graduação por quase cinco anos, até meu retorno ao doutorado no IUPERJ.

<sup>37</sup> Lélia Gonzalez foi candidata a deputada federal pelo PT em 1982 e a deputada estadual pelo PDT em 1986.

Era até o final do século passado uma universidade muito pouco institucionalizada, predominavam as relações pessoais, eu sempre lutei para a institucionalização, rejeito o famoso “jeitinho” e criar precedentes, pois o risco de se cometer injustiça é grande. Lutei durante todo o período que estive no Departamento pela institucionalização de nossos procedimentos, dos protocolos, do respeito às regras aprovadas. Enfim, acho que isto que faz uma instituição ser mais transparente e traz bem-estar geral. Depender do arbítrio de quem dirige é sempre um risco grande de sofrimento geral. A minha experiência administrativa na graduação com Eduardo foi ótima, porque a gente tinha instituído disciplinas — esqueci de falar: na grade que a Lélia aprova, tinham duas disciplinas de Relações Internacionais, as duas disciplinas obrigatórias. A gente chamou a Monica Herz e a Letícia Pinheiro, do IRI,<sup>38</sup> para dar disciplinas para a gente. Então começa uma parceria também com o IRI, que ainda era só um Instituto, com mestrado. No nosso curso, elas ministram aula na graduação. Foi uma época muito interessante.

E aí vem a institucionalização, a direção da PUC cobrou a criação do mestrado. “Vocês estão atrasados, só não têm mestrado vocês e Geografia.” Aí virou uma pressão enorme para criar a pós-graduação e foi a chegada do Roberto DaMatta que descortinou a possibilidade de fundação de um mestrado e depois, com Maria Alice, Werneck e Maria Celina, um doutorado. Registro que após o mandato do Eduardo, seguem Sonia, Angela, eu, Ricardo e até que, em 2019, Marcelo assume a direção. A partir da gestão da Angela, começa o doutorado, e todos os diretores ficam apenas dois mandatos, no total de quatro anos.

**Brena Almeida** - A próxima pergunta é exatamente sobre o mestrado. Como foi essa criação do mestrado, com a definição por dois grandes eixos temáticos? Você pode falar um pouco sobre isso?

**Sarah Telles** - Bem, eu participei, mas como eu ainda não tinha concluído o doutorado, não podia participar da pós. Mas eu participei do debate, e o debate ficou muito assim: qual vai ser a especificidade da gente? E eu acho que, se eu não me engano, foi o Eduardo que trouxe a questão do Brasil. Porque a PUC cobrava: “Para que mais uma pós-graduação em ciências sociais?”. Era Sociologia e Política, mas na pós ia ser Ciências Sociais, e o diploma... Só para esclarecer, o departamento era de Sociologia e Política, mas o diploma de graduação era Ciências Sociais, e o diploma da pós seria Ciências Sociais, tá. Quando a gente transformou o nome do Departamento de Ciências Sociais, correspondia ao nome do diploma de graduação e de pós. E já era Ciências Sociais. E aí o Eduardo que trouxe, a gente olhava as grades do IFCS,<sup>39</sup> da UERJ, da UFF, da UNIRIO, enfim, das pós que tinham, da Rural, CPDA,<sup>40</sup> e a gente via, bom, vamos colocar o tema do Brasil como uma marca forte do nosso curso.

<sup>38</sup> Instituto de Relações Internacionais.

<sup>39</sup> Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>40</sup> Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

E aí foi um debate muito grande, porque houve uma resistência... não foi uma unanimidade essa questão do Brasil. Mas aí o Roberto DaMatta vem, claro, estava dezessete anos fora do Brasil, e adorou, falou: “Tem que entrar Brasil”. Foi ele que acabou com o impasse. Ele colocou o Brasil, sim, porque ele fala: que Brasil é esse? De qual Brasil estamos falando? É o imaginário do Brasil? É a imagem do Brasil? Ele escrevia sobre o Brasil. Ele foi fundamental nessa definição de que Brasil seria uma marca forte. A gente tinha duas disciplinas de Brasil.

Então é isso, eu participei, mas eu só vou entrar quando acabo meu doutorado, e aqui começa o nosso doutorado, em 2009.

**Brena Almeida** - E agora entrando nessa seara já, pensando no programa — mestrado e doutorado —, você pode falar um pouco da trajetória de estudantes notáveis que frequentaram o departamento, como Marielle Franco?

**Sarah Telles** - Pois é, não teve nenhum outro aluno na graduação com tanta “fama” como a Marielle. Mas academicamente falando, tivemos vários notáveis, vários alunos que são hoje professores do IFCS; isso para falar no Rio, do IESP,<sup>41</sup> da UERJ, da UFF, da UNIRIO, da FIOCRUZ e em outros estados da federação. Alunos e ex-professores também, alunos que depois viraram professores do quadro complementar, alguns aqui permanecem, outros partiram para outras instituições. Mas igual Marielle não teve, pois Marielle virou um símbolo internacional de luta das mulheres negras, LGBTQIA+, da favela, assassinada por crime político, então não teve. Ela era encantadora e excelente aluna, excelente pesquisadora. Fiz a campanha dela, ela veio aqui na PUC algumas vezes para participar de debates acadêmicos e também como ativista.

**Brena Almeida** - E agora, chegando ao fim, como você descreveria sua relação com o Departamento de Ciências Sociais da PUC após 40 anos de docência e mais de 50 anos de convivência desde a vida estudantil?

**Sarah Telles** - Eu falo que eu saio da PUC — Marcelo Burgos me ajudou a falar isso, a formular —, mas a PUC não sai de mim. Não, sou apaixonada pela PUC, por esse departamento. Toda informação boa eu comemoro, e toda informação triste ou ruim eu deleto. Acho que é um lugar especial, é uma lugar de resistência.

O que eu mais tenho saudade é de ser professora. A docência sempre foi, dentre as atividades de uma professora do quadro principal, o que eu mais amava e, claro ser orientadora e pesquisadora; ir com os alunos para o campo fazer pesquisa. Mas para a parte administrativa eu sei que eu tenho vocação, mas acho cansativo, nunca gostei de permanecer por muito tempo em cargo universitário.

<sup>41</sup> Instituto de Estudos Sociais e Políticos, antigo IUPERJ.

